

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2006

ANEXO III
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2006

XXXIX - critérios utilizados para partilha dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social entre Estados e Municípios, bem como as metas atingidas e valores liquidados nos últimos dois anos e as metas e execução prováveis para 2005 e 2006, discriminados por serviços de ação continuada e por unidades da federação;

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL – SOF

Inciso XXXIX das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XXXIX - critérios utilizados para partilha dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social entre Estados e Municípios, bem como as metas atingidas e valores liquidados nos últimos dois anos e as metas e execução prováveis para 2005 e 2006, discriminados por serviços de ação continuada e por unidades da federação;

CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

A questão dos critérios de partilha e transferência dos recursos da assistência social tem se feito presente em diversos instrumentos relativos a essa política pública desde a promulgação da LOAS.

O art. 18 dessa Lei, em seu inciso IX, estabelece que cabe ao CNAS aprová-los, considerando que a transferência de recursos do Fundo Nacional para os Fundos de Assistência Social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal ocorre a partir de indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social. A proposição de tais critérios para apreciação do CNAS, de acordo com o inciso V do art. 19 da LOAS, é de competência do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da PNAS.

Para o ano de 2005 a execução orçamentária e financeira das ações Promoção da Inclusão Produtiva e Construção, Ampliação e Modernização de Centros de Referência de Assistência Social, assim como a expansão das ações referentes ao atendimento integral à família, à erradicação do trabalho infantil, ao enfrentamento do abuso e da exploração sexual, aos jovens de 15 a 17 anos será realizada no segundo semestre, seguindo as orientações da Norma Operacional Básica - NOB, publicada no Diário Oficial da União por meio da Resolução n. 130, de 27/07/2005, a ser explicitado a seguir. As duas primeiras ações serão implementadas como incentivos para Estados, Distrito Federal e Municípios que aderirem ao SUAS, considerando indicadores sociais que apresentam formato de regionalização mais equitativa, conforme previsto no inciso IX do artigo 18 da LOAS, como também capacidade de gestão, os quais foram pactuados na Comissão Intergestores Tripartite e deliberados pelo Conselho Nacional de Assistência Social e estão expressos no conteúdo da NOB. A seguir foi reproduzido o texto da NOB/SUAS que trata dos critérios de partilha de recursos entre as unidades federativas.

Os critérios a seguir apresentados serão adotados para a partilha dos recursos do FNAS, visando à priorização de municípios, estados, Distrito Federal e regiões geográficas, bem como ao escalonamento da distribuição de tais recursos. Os critérios específicos de cada ente federado deverão ser pactuados e deliberados em seus próprios âmbitos, de acordo com os indicativos definidos na LOAS.

A operacionalização do artigo 18, inciso IX, da LOAS, que prevê a utilização de indicadores para partilha mais equitativa de recursos no âmbito da política de assistência social, traz o desafio de relacionar informações sociais, econômicas, demográficas e cadastrais com as escalas territoriais e as diversidades regionais presentes no desenho federativo do país.

Traz, ainda, o desafio de estabelecer, com base nesses indicadores, partilha e distribuição de recursos fundamentada em metodologia objetiva e critérios públicos e universais que sejam, ao mesmo tempo, transparentes e compreensíveis por todas as instâncias que operam a política de assistência social, em especial, aquelas incumbidas do controle social.

Busca-se, a partir desta NOB/SUAS, lançar mão da combinação de critérios de partilha e de pactuação de resultados e metas para a gestão (gradualismo, com base nos resultados pactuados), para que seja possível:

- 1º - equalizar;
- 2º - priorizar;
- 3º - projetar a universalização na trajetória da PNAS/2004.

A combinação de critérios considera o porte populacional dos municípios, a proporção de população vulnerável e o cruzamento de indicadores socioterritoriais e de cobertura.

Para efeito desta NOB/SUAS, a construção do conceito de vulnerabilidade social fundamenta-se na PNAS/2004, que define o público alvo da assistência social.

Assim, considera-se como população vulnerável o conjunto de pessoas residentes que apresentam pelo menos uma das características abaixo:

VARIÁVEIS	FONTE	ANO
Famílias que residem em domicílio com serviços de infra-estrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)

A combinação dessas características comporá a Taxa de Vulnerabilidade Social em um determinado território.

a) Proteção Social Básica

A partilha, a priorização e o escalonamento da distribuição de recursos para co-financiamento deste nível de proteção social respeitarão os seguintes critérios:

- ☞ porte populacional dos municípios;
- ☞ taxa da vulnerabilidade social por estado;
- ☞ cruzamento de indicadores socioterritoriais e de cobertura;

Esses critérios, abaixo detalhados, serão tratados em conjunto, não havendo relação de exclusão entre eles.

Sua combinação indicará a classificação de municípios prioritários para expansão do co-financiamento

federal para a Proteção Social Básica, em cada exercício, com base no mínimo que cada município deverá receber por porte e no valor disponível para a expansão.

1º Critério – Porte Populacional dos municípios

Número de municípios e respectivas populações, segundo o porte / Brasil – 2004

Porte	Municípios		População		% de recursos do FNAS
	Número	Percentual	Número	Percentual	
Brasil	5.564	100,00	181.581.024	100,00	100,0
Pequeno I	3.994	71,78	32.952.033	18,15	20,0
Pequeno II	1.008	18,12	30.422.831	16,75	17,0
Médio	309	5,55	21.658.922	11,93	12,0
Grande	237	4,26	57.111.351	31,45	31,0
Metrópole *	16	0,29	39.435.887	21,72	20,0

Fonte: IBGE, Estimativas de População 2004

*incluindo o Distrito Federal

2º critério – Taxa da vulnerabilidade social por estado

O segundo critério visa garantir a distribuição de recursos para municípios em todos os estados, através da divisão proporcional ao total da população vulnerável, conforme definida na introdução deste item.

3º critério – Cruzamento de indicadores socioterritoriais e de cobertura

Na perspectiva de adequação aos pressupostos indicados nesta norma, a seleção dos indicadores para priorização de municípios dentro de cada estado no financiamento da Proteção Social Básica no SUAS adotou os seguintes princípios:

☞ possibilidade de obtenção dos dados primários por uma única fonte para todos os municípios, excluindo, assim, indicadores que dependessem de informações prestadas por diferentes órgãos, mediante adoção de conceituações e metodologias diferenciadas;

☞ seleção de fonte pública e acessível a todos os operadores e usuários da política de assistência social;

☞ composição de conjuntos de indicadores que expressem as características de vulnerabilidade social e as realidades municipais nas diferentes escalas de porte populacional, **relacionando-as aos níveis de proteção social previstos no SUAS.**

1) Indicadores selecionados

O conjunto selecionado para análise socioterritorial dos municípios é composto por quatro indicadores, sendo: três básicos e um complementar por porte populacional, assim classificados:

Indicadores Básicos

São três indicadores fixos e pré-estabelecidos nesta NOB/SUAS, comuns a todas as escalas de porte populacional municipal, conforme relação abaixo:

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FONTE	ANO
Taxa de vulnerabilidade social municipal.	Relação entre a população vulnerável, conforme definida na introdução deste item, e a população total do município.	IBGE, Censo Demográfico (microdados da amostra)	2000
Receita corrente líquida municipal per capita.	Relação entre a receita corrente líquida municipal e a população estimada.	Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional (receita) e IBGE (população)	2003
Recursos transferidos pelo FNAS (MDS) para Proteção Social Básica per capita.	Relação entre o volume de recursos transferidos pelo FNAS para o FNAS e a população estimada.	MDS/FNAS/SUASweb (transferência)	2005
		IBGE (população)	2004

Indicador Complementar

É um indicador variável, sensível às especificidades de cada escala de porte populacional municipal e

relacionado às particularidades de cada estado ou região.

O indicador complementar será selecionado pela instância de pactuação respectiva, de acordo com a escala de porte populacional, a partir da relação sugestiva abaixo:

Escala Estadual
Indicador Complementar para Municípios de Pequeno Porte I ou II

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FONTE	ANO
Taxa de urbanização.	Percentual da população total residente em área urbana	IBGE, Censo Demográfico	2000
Especificidade regional.	Percentual da população residente em região especificada: Fronteira, Portuária, Calhas de Rio, Povos da Floresta, Quilombola, Indígena, Assentamentos rurais, Metropolitanas, Semi-árido.	Pesquisa de âmbito estadual, realizada por institutos oficiais	
Taxa de intensidade da Pobreza.	Distância que separa a renda domiciliar <i>per capita</i> média dos indivíduos pobres (definidos como os indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à R\$ 75,50, ou meio salário mínimo) do valor da linha de pobreza, medida em termos do percentual desta linha de pobreza.	Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD-IPEA-FJP)	2000
Taxa de crescimento da população residente.	Variação percentual da população residente estimada.	Estimativas de população do IBGE	2004
Taxa de evasão escolar.	Relação entre o número de alunos afastados por abandono das escolas e o número total de alunos matriculados.	Censo Escolar (MEC)	2004

Instância de Pactuação: Comissão Intergestores Bipartite (CIB)

Escala Regional
Indicador Complementar para municípios de Médio ou Grande Porte

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FONTE	ANO
Qualificação de mão de obra.	Percentual da população em idade ativa (15 a 64 anos) com até 8 anos de estudo (Ensino Fundamental Completo).	IBGE, Censo Demográfico	2000
Taxa de intensidade da Pobreza.	Distância que separa a renda domiciliar <i>per capita</i> média dos indivíduos pobres (definidos como os indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à R\$ 75,50, ou meio salário mínimo) do valor da linha de pobreza, medida em termos do percentual desta linha de pobreza.	Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD-IPEA-FJP)	2000
Taxa de crescimento da população residente.	Variação percentual da população residente estimada.	Estimativas de população do IBGE	2004
Taxa de evasão escolar.	Relação entre o número de alunos afastados por abandono das escolas e o número total de alunos matriculados.	Censo Escolar (MEC)	2004

Instância de Pactuação: Comissão Intergestores Tripartite, ouvidos os Estados, através das CIB.

Escala Nacional
Indicador Complementar para Metrôpoles

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	FONTE	ANO
Taxa de homicídios.	Relação entre o número de óbitos por homicídio e a população total.	IBGE, Estimativas de população e Ministério da Saúde	2003
Taxa de homicídio de jovens.	Relação entre o número de óbitos por homicídio de pessoas de 15 a 29 anos e a população de 15 a 29 anos.	IBGE, Estimativas de população e Ministério da Saúde	2003
Taxa de mortalidade infantil.	Relação entre o número de óbitos de crianças menores de um ano e o número de nascidos vivos no ano.	Ministério da Saúde	2003
Taxa de intensidade da Pobreza.	Distância que separa a renda domiciliar <i>per capita</i> média dos indivíduos pobres (definidos como os indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à R\$ 75,50, ou meio salário mínimo) do valor da linha de pobreza, medida em termos do percentual desta linha de pobreza.	Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD-IPEA-FJP)	2000
Taxa de crescimento da população residente.	Variação percentual da população residente estimada.	Estimativas de população do IBGE	2004

Instância de Pactuação: Comissão Intergestores Tripartite (CIT), por meio do executivo municipal, e os respectivos estados, pelas CIB.

2) Metodologia de Cruzamento dos Indicadores

A metodologia de cruzamento dos indicadores considerará os seguintes elementos, com relação à ponderação e graduação de valores representativos:

 O indicador Taxa de Vulnerabilidade Social municipal tem peso 2 (dois), os demais indicadores (básicos ou

4. A avaliação de cada indicador será feita através de atribuição de valores representativos que variarão de 0 a 1.

?? O valor 0 designa a pior condição no indicador analisado.

43 Desta forma, a soma total dos valores representativos de cada indicador, em cada escala de porte populacional municipal analisada, não deverá ser inferior ao valor 0, nem superior ao valor 5;

4.4. A ordem de prioridade será estabelecida em escala crescente, do menor valor obtido na soma total do conjunto dos indicadores para o maior.

3) Aplicação dos Critérios de Partilha

PASSOS	DESCRIÇÃO	PRODUTO
1º	Partilha dos recursos disponíveis segundo porte populacional dos municípios, proporcionalmente à população residente, conforme descrito no 1º Critério.	Define o valor que cada porte de municípios receberá de recursos do FNAS, contemplando-se todos os portes
2º	Partilha dos recursos destinados a cada porte, obtida no 1º Passo, por estado, proporcionalmente à população vulnerável, calculada conforme descrito no 2º Critério.	Define o valor que cada estado, por porte de municípios, receberá de recursos do FNAS, contemplando-se todos os estados
3º	Partilha dos recursos destinados a cada estado entre seus respectivos municípios, por porte, segundo a classificação de municípios prioritários obtida pelo cruzamento de indicadores, conforme descrito no 3º Critério.	Define o número de municípios prioritários que receberá recursos do FNAS, em cada expansão, de acordo com o mínimo estabelecido para cada porte

Até que seja viabilizada a universalização preconizada pela PNAS/2004 na cobertura da Proteção Social Básica com centralidade na família e referenciada nos territórios de maior vulnerabilidade, o valor destinado a cada estado/porte, obtido pela aplicação dos critérios de partilha, será distribuído aos municípios, por ordem de prioridade, observando-se:

 habilitação aos níveis de gestão plena ou básica;

?? Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;

?? Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;

?? Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;

?? Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;

?? Metrópolis – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

Havendo saldo de recursos disponíveis em algum dos portes, por estado, o valor será transferido equitativamente para os demais portes, dentro do mesmo estado.

No caso específico da partilha de recursos para o atendimento no nível de proteção social básica ao jovem, o município contemplado com a bolsa receberá também os recursos do piso variável equivalente.

b) Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

A partilha e o escalonamento da distribuição de recursos para co-financiamento deste nível de proteção social especial respeitarão os seguintes critérios:

1) Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

A expansão do PETI, em 2005, seguirá os mesmos procedimentos até então adotados no que se refere à pactuação entre estados, Distrito Federal e municípios, respeitados os critérios previstos nesta NOB/SUAS, buscando gradualmente a articulação com o Bolsa Família, a partir de regulação específica.

A partilha dos recursos do PETI seguirá os seguintes critérios:

1.1 Inicialmente, os recursos serão partilhados entre os estados e o Distrito Federal, segundo os seguintes critérios:

- a) Taxa de Trabalho Infantil – PNAD / IBGE;
- b) Taxa de cobertura do PETI em relação à incidência do trabalho infantil – (dados MDS e IBGE)

1.2 Os recursos destinados a cada estado serão partilhados entre os seus municípios, de acordo com os seguintes critérios:



Critério de Acesso:

- a. Incidência de trabalho infantil;
- b. Existência de Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar.



Critérios de Priorização:

- a. Taxa de Vulnerabilidade Social municipal (definida nesta NOB/SUAS)
- b. Taxa de trabalho infantil no município – Censo / IBGE;
- c. Taxa de Cobertura do PETI em relação à incidência do trabalho infantil – Dados do MDS e IBGE.

Critérios de priorização em caso de empate:

- a. Incidência de atividades consideradas perigosas e insalubres e proibidas para menores de 16 anos;
- b. Presença de ações da Proteção Social Especial destinadas às crianças, aos adolescentes e às famílias vítimas de exploração sexual e comercial;

Indicadores Seleccionados

Para partilha de recursos entre os estados e o Distrito Federal

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FONTE	ÚLTIMO DADO DISPONÍVEL/ANO
Taxa de Trabalho Infantil	Percentual da população residente até 15 anos de idade que se encontra em situação trabalho ou procurando trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.	? PNAD / IBGE	2003
Taxa de Cobertura do PETI	Cobertura do PETI em relação à incidência do trabalho infantil.	? FNAS / MDS ? PNAD / IBGE	2004 2003

Para partilha de recursos entre municípios de um mesmo estado **Critérios de Priorização**

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FONTE	ÚLTIMO DADO DISPONÍVEL/ANO
Taxa de Vulnerabilidade Social (definida na NOB)	Vide item 5.5 – I.	? Censo / IBGE	2000

Índice de Trabalho Infantil	Percentual da população residente até 15 anos de idade que se encontra no trabalho ou procurando trabalho na semana de referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.	? Censo / IBGE	2000
Taxa de Cobertura do PETI	Cobertura do PETI em relação a incidência do trabalho infantil.	? FNAS/ MDS ? Censo / IBGE	2004 2000

Para partilha de recursos entre municípios de um mesmo estado
Critérios de priorização em caso de empate

INDICADOR	DESCRIÇÃO	FONTE	ÚLTIMO DADO DISPONÍVEL/ANO
Incidência de atividades consideradas perigosas, insalubres e proibidas para menores de 16 anos.	Incidência no município de atividades consideradas perigosas, insalubres e proibidas para menores de 16 anos (pela Portaria Nº 20 – MTE).	? Portaria Nº 20 - MTE ? Mapa de indicativos - MTE ? Constatação de diagnóstico / demanda do município – Comissão Estadual do PETI	verificar
Presença de ações da Proteção Social Especial destinadas às crianças, aos adolescentes e às famílias vítimas de exploração sexual comercial.	Presença, no município, de ações da Proteção Social Especial destinadas às crianças, aos adolescentes e às famílias vítimas de exploração sexual comercial.	? Registros Programa de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - MDS	2004

A ponderação desses indicadores poderá ser adotada a partir de grupo técnico nomeado pelo gestor responsável pela PNAS.

2) Enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes

As ações, de enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, poderão ser organizadas por meio de consórcios ou serviços de referência regional, a serem definidos nesta NOB/SUAS.

Para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes, os recursos serão distribuídos com base nos seguintes critérios:

Critério de Acesso:

- ☞ Incidência das situações de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- ☞ Existência de Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar;

Critérios de Priorização:

- a. Incidência de situações de exploração sexual de crianças e adolescentes;
- b. Taxa de Vulnerabilidade Social Municipal;
- c. Municípios com regiões portuárias, turísticas, ribeirinhas, litorâneas, de garimpos, de fronteiras, localizadas em entroncamentos rodoviários e com obras de impacto em andamento (infra-estrutura e outras);

Indicadores Seleccionados

INDICADOR	DESCRIÇÃO
Incidência de situações de abuso e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.	Percentual de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual
	Percentual de denúncias registradas de abuso sexual.
Taxa de Vulnerabilidade Social municipal (definida na NOB/SUAS)	Vide item 5.5 – I.
Conselhos Tutelares	Identificação se o município possui conselho tutelar.

Especificidade regional	Percentual da população residente em região especificada: Portuárias, Turísticas, Calhas de Rio, Litorâneas, Garimpos, Fronteiras, Localizadas em entroncamentos rodoviários, Com obras de impacto em andamento (infra-estrutura e outras).
-------------------------	---

As fontes de dados deverão ser pactuadas e deliberadas anualmente.

A definição das regiões especificadas para o indicador de especificidade regional será estabelecida em portaria específica.

Os critérios de partilha e o escalonamento da distribuição de recursos para co-financiamento dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade e dos demais de Média Complexidade serão definidos após o estabelecimento de regulação específica que estabeleça as características e parâmetros de implantação dos serviços.

A expansão dos serviços considerados de referência regional, prestados pelos estados ou por consórcios públicos, deve ser definida a partir de estudo elaborado pelas Secretarias de Estado de Assistência Social ou congêneres, com a colaboração da União, acerca da necessidade destes equipamentos no território estadual, definição de sua localização, área de abrangência, fluxo de usuários, responsabilidades no co-financiamento e na gestão e gerência dos equipamentos.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

CRITÉRIOS PARA EXPANSÃO
Piso Básico Fixo e Piso Básico Variável

I – Partilha de Recursos para a Proteção Social Básica

1. De acordo com o estabelecido na NOB, os recursos destinados para expansão da Proteção Social Básica serão distribuídos conforme o porte dos Municípios. O porte dos Municípios foi determinado de acordo com a Estimativa de População 2004, do IBGE, que está sintetizada na Tabela 1:

Tabela 1 – Municípios por porte e por UF

UF	PEQUENO I	PEQUENO II	MÉDIO	GRANDE	METRÓPOLE	TOTAL
AC	17	3	1	1		22
AL	63	33	4	2		102
AM	32	24	4	1	1	62
AP	13	1	1	1		16
BA	259	118	25	14	1	417
CE	92	63	22	6	1	184
DF					1	1
ES	43	24	3	8		78
GO	198	30	11	6	1	246
MA	137	60	13	6	1	217
MG	679	110	38	25	1	853
MS	57	16	3	2		78
MT	117	16	5	3		141
PA	52	63	20	7	1	143
PB	195	20	5	3		223
PE	90	63	22	9	1	185
PI	201	17	3	2		223
PR	314	53	16	15	1	399
RJ	30	27	13	20	2	92
RN	141	18	5	3		167
RO	35	11	4	2		52
RR	12	2		1		15
RS	396	57	24	18	1	496
SC	239	31	13	10		293
SE	51	18	4	2		75
SP	402	123	49	68	3	645
TO	129	7	1	2		139
Total	3.994	1.008	309	237	16	5.564

Fonte: IBGE. Estimativas da população 2004

2. Em seguida, os recursos foram distribuídos, dentro de cada porte, de forma proporcional à população considerada vulnerável, entendida como pessoas com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo. Para tal, usou-se a taxa de pobreza por Município do Censo Demográfico 2000 do IBGE aplicada à Estimativa de População 2004. No caso dos Municípios criados após o Censo Demográfico 2000 foi usada a mesma taxa de pobreza dos Municípios que lhe deram origem. A Tabela 2 mostra os totais de população pobre por porte e por Unidade da Federação:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

Tabela 2 – Distribuição da população pobre por porte e por UF

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	102.841	69.216	41.953	91.775		305.785
AL	514.928	718.297	157.620	449.984		1.840.829
AM	316.204	522.849	197.938	72.199	559.942	1.669.132
AP	57.080	14.791	47.919	115.602		235.392
BA	2.307.134	2.338.322	915.708	1.164.187	807.972	7.533.323
CE	867.069	1.403.251	890.006	601.529	776.775	4.538.630
DF					366.725	366.725
ES	183.929	248.562	77.326	426.565		936.382
GO	472.050	282.736	248.264	316.202	145.908	1.465.160
MA	1.197.181	1.340.803	606.285	490.683	382.403	4.017.355
MG	2.238.503	1.137.952	712.524	1.201.702	333.075	5.623.756
MS	219.961	156.842	77.990	182.448		637.241
MT	336.823	141.075	78.011	196.420		752.329
PA	434.997	1.248.076	761.969	694.217	416.222	3.555.481
PB	1.022.842	359.333	178.311	395.139		1.955.625
PE	797.760	1.255.155	801.698	941.639	468.512	4.264.764
PI	979.324	376.208	98.093	381.916		1.835.541
PR	946.497	470.588	246.105	537.596	156.467	2.357.253
RJ	111.663	222.257	260.854	1.362.426	984.785	2.941.985
RN	669.567	302.124	165.235	361.727		1.498.653
RO	189.268	144.963	81.871	139.562		555.664
RR	56.738	27.167		58.607		142.512
RS	630.129	359.527	326.525	611.908	160.474	2.088.563
SC	398.362	174.867	109.724	240.200		923.153
SE	327.301	326.698	162.699	226.455		1.043.153
SP	668.100	725.084	543.520	2.194.471	1.618.495	5.749.670
TO	417.761	98.656	22.480	92.804		631.701
Total	16.464.012	14.465.399	7.810.628	13.547.963	7.177.755	59.465.757

Fonte: IBGE.Censo 2000/Estimativas da população 2004

A distribuição proporcional dos recursos por porte obedeceu ao que foi estabelecido na NOB, ou seja, 20% dos recursos para Municípios de porte pequeno I, 17% para pequeno II, 12% para médio, 31% para grande e 20% para metrópole. Os recursos dentro de cada porte serão distribuídos por unidade da federação respeitando a proporção de população pobre que reside nos municípios, conforme

Tabela 3:

Tabela 3 - Distribuição percentual dos recursos por porte e por UF

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole
AC	0,6%	0,5%	0,5%	0,7%	0,0%
AL	3,1%	5,0%	2,0%	3,3%	0,0%
AM	1,9%	3,6%	2,5%	0,5%	7,8%
AP	0,3%	0,1%	0,6%	0,9%	0,0%
BA	14,0%	16,2%	11,7%	8,6%	11,3%
CE	5,3%	9,7%	11,4%	4,4%	10,8%
DF	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,1%
ES	1,1%	1,7%	1,0%	3,1%	0,0%



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole
GO	2,9%	2,0%	3,2%	2,3%	2,0%
MA	7,3%	9,3%	7,8%	3,6%	5,3%
MG	13,6%	7,9%	9,1%	8,9%	4,6%
MS	1,3%	1,1%	1,0%	1,3%	0,0%
MT	2,0%	1,0%	1,0%	1,4%	0,0%
PA	2,6%	8,6%	9,8%	5,1%	5,8%
PB	6,2%	2,5%	2,3%	2,9%	0,0%
PE	4,8%	8,7%	10,3%	7,0%	6,5%
PI	5,9%	2,6%	1,3%	2,8%	0,0%
PR	5,7%	3,3%	3,2%	4,0%	2,2%
RJ	0,7%	1,5%	3,3%	10,1%	13,7%
RN	4,1%	2,1%	2,1%	2,7%	0,0%
RO	1,1%	1,0%	1,0%	1,0%	0,0%
RR	0,3%	0,2%	0,0%	0,4%	0,0%
RS	3,8%	2,5%	4,2%	4,5%	2,2%
SC	2,4%	1,2%	1,4%	1,8%	0,0%
SE	2,0%	2,3%	2,1%	1,7%	0,0%
SP	4,1%	5,0%	7,0%	16,2%	22,5%
TO	2,5%	0,7%	0,3%	0,7%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

3. Os recursos destinados à expansão foram aplicados, por porte e por Unidade da Federação, conforme os percentuais apresentados, tanto para o Piso Básico Fixo quanto para o Piso Básico Variável.

II – Ordenamento dos Municípios

1. Dadas as restrições orçamentárias, para o atendimento dos Municípios a NOB estabeleceu que se fizesse um ordenamento considerando-se (nesse período de transição), a taxa de pobreza (com peso 2), a receita corrente líquida municipal per capita (com peso 1) e os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para a Proteção Social Básica (também com peso 1).
2. A utilização da taxa de pobreza demonstra o grau de vulnerabilidade da população residente nos Municípios. Foram usados os dados por Município do Censo Demográfico 2000 do IBGE para os Municípios existentes em 2000, para os Municípios posteriormente criados usou-se a mesma taxa dos Municípios que lhe deram origem. Para efeito de normalização, considerou-se o Município com menor taxa de pobreza (melhor situação) como 1 e o Município com maior taxa de pobreza (pior situação) como 0.
3. A utilização da receita corrente líquida municipal per capita demonstra a capacidade de investimento do Município. Foram usados os dados da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda para o ano de 2003 (que são os mais recentes disponíveis). Para efeito de normalização, considerou-se o Município com maior recente corrente líquida per capita (melhor situação) como 1 e o Município com menor recente corrente líquida per capita (pior situação) como 0. Nesse caso, devido à grande dispersão dos valores optou-se por linearizar os dados, ou seja, foram considerados os logaritmos naturais dos valores apresentados. Esse é um procedimento padrão empregado em casos como esses em diversos indicadores, como no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, por



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

exemplo. Foi atribuído 1 (melhor situação) aos Municípios que não apresentaram dados de receita corrente líquida.

4. A utilização dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para a Proteção Social Básica demonstra o grau de investimento do Governo Federal nesse nível de proteção nos Municípios. Foram usados os dados do repasse pactuado para o ano de 2005 (antes da expansão) do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, de forma a isolar os efeitos de atraso nos repasses, suspensão de pagamentos etc. Para efeito de normalização, considerou-se o Município com maior volume de recursos transferidos para a Proteção Social Básica per capita (melhor situação) como 1 e o Município com menor volume de recursos transferidos para a Proteção Social Básica per capita (pior situação) como 0. Nesse caso, devido à grande dispersão dos valores optou-se, mais uma vez pela linearização dos dados. Foi atribuído 0 (pior situação) aos Municípios que não apresentaram dados de recursos transferidos para a Proteção Social Básica.
5. Finalmente, calculou-se o índice composto para cada Município, colocando-os em ordem crescente (ou seja, do pior para o melhor) por porte e por UF.

III – Expansão do Piso Básico Fixo

1. Para expansão do Piso Básico Fixo, usou-se os seguintes parâmetros, conforme estabelecido na NOB:
 - a) para Municípios de pequeno porte I: a instalação de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas, a um custo de R\$ 1,80 por família referenciada por mês, ou seja, um repasse mensal de R\$ 4.500,00;
 - b) para Municípios de pequeno porte II: a instalação de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas, a um custo de R\$ 1,80 por família referenciada por mês, ou seja, um repasse mensal de R\$ 6.300,00;
 - c) para Municípios de médio porte: a instalação de 2 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas, a um custo de R\$ 1,80 por família referenciada por mês, ou seja, um repasse mensal de R\$ 18.000,00;
 - d) para Municípios de grande porte: a instalação de 4 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas, a um custo de R\$ 1,80 por família referenciada por mês, ou seja, um repasse mensal de R\$ 36.000,00;
 - e) para Municípios metrópole: a instalação de 8 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas, a um custo de R\$ 1,80 por família referenciada por mês, ou seja, um repasse mensal de R\$ 72.000,00.
2. Os recursos para expansão do Piso Básico Fixo referem-se aos meses de agosto a dezembro, ou seja, cinco meses. Foram destinados R\$ 26.197.391,00, que foram distribuídos conforme Tabela 4:

Tabela 4 – Distribuição dos recursos do Piso Básico Fixo por porte e por UF

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	32.727,94	21.309,98	16.885,59	55.013,61	0,00	125.937,12
AL	163.869,78	221.146,77	63.440,22	269.738,42	0,00	718.195,18
AM	100.628,20	160.972,92	79.667,74	43.278,97	408.735,59	793.283,43
AP	18.165,04	4.553,80	19.286,84	69.296,47	0,00	111.302,15
BA	734.218,26	719.914,40	368.561,82	697.860,28	589.787,71	3.110.342,47
CE	275.934,51	432.028,01	358.217,06	360.580,56	567.015,13	1.993.775,27
DF	0,00	0,00	0,00	0,00	267.694,79	267.694,79
ES	58.533,24	76.526,40	31.122,82	255.700,13	0,00	421.882,59
GO	150.224,36	87.047,77	99.923,37	189.544,13	106.507,09	633.246,73



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
MA	380.988,77	412.801,74	244.022,66	294.135,03	279.139,12	1.611.087,32
MG	712.377,25	350.348,68	286.782,62	720.348,27	243.131,62	2.312.988,45
MS	70.000,00	48.287,97	31.390,07	109.366,63	0,00	259.044,67
MT	107.189,96	43.433,68	31.398,52	117.742,01	0,00	299.764,17
PA	138.432,68	384.253,28	306.683,66	416.141,45	303.825,65	1.549.336,72
PB	325.507,44	110.630,19	71.768,10	236.862,13	0,00	744.767,86
PE	253.877,74	386.432,73	322.674,12	564.456,10	341.995,29	1.869.435,98
PI	311.658,35	115.825,60	39.481,29	228.935,73	0,00	695.900,98
PR	301.211,54	144.882,99	99.054,40	322.256,56	114.214,74	981.620,23
RJ	35.535,44	68.427,71	104.990,70	816.692,67	718.854,23	1.744.500,74
RN	213.081,82	93.016,88	66.505,17	216.833,64	0,00	589.437,51
RO	60.232,32	44.630,70	32.952,13	83.659,05	0,00	221.474,19
RR	18.056,20	8.364,08	0,00	35.131,38	0,00	61.551,66
RS	200.531,14	110.689,92	131.422,51	366.802,14	117.139,69	926.585,41
SC	126.774,02	53.837,44	44.162,63	143.985,49	0,00	368.759,59
SE	104.159,69	100.582,64	65.484,46	135.746,19	0,00	405.972,98
SP	212.614,97	223.236,33	218.760,48	1.315.453,74	1.181.437,55	3.151.503,06
TO	132.947,53	30.373,86	9.047,94	55.630,43	0,00	227.999,76
Total	5.239.478,20	4.453.556,47	3.143.686,92	8.121.191,21	5.239.478,20	26.197.391,00

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

3. Os Municípios habilitados serão atendidos dentro de cada porte e de cada Unidade da Federação de forma a assegurar os mínimos de CRAS estabelecidos até o limite da disponibilidade orçamentária. Como limite do número de CRAS a ser instalado nos Municípios usou-se como referência uma família formada por 4 indivíduos e o número de famílias referenciadas de acordo com o CRAS. A Tabela 5 mostra como foi feita a distribuição de CRAS por porte e por Unidade da Federação após a aplicação dessa rodada.

Tabela 5 – Número de CRAS co-financiados por porte e UF na primeira rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	1	0	0	0		1
AL	7	7	1	5		20
AM	0	3	0	0	8	11
AP	0	0	0	1		1
BA	32	22	8	15	8	85
CE	12	13	7	8	8	48
DF					5	5
ES	2	2	0	5		9
GO	6	2	2	4	2	16
MA	16	13	5	6	6	46
MG	31	11	6	16	5	69
MS	3	1	0	2		6
MT	4	1	0	2		7
PA	6	12	6	9	6	39
PB	14	3	1	5		23
PE	11	12	7	12	7	49
PI	13	3	0	5		21
PR	13	4	2	7	2	28



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
RJ	1	2	2	18	15	38
RN	9	2	1	4		16
RO	2	1	0	1		4
RR	0	0		0		0
RS	8	3	2	8	2	23
SC	5	1	0	3		9
SE	4	3	1	3		11
SP	9	7	4	29	24	73
TO	0	0	0	1		1
Total	209	128	55	169	98	659

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

4. Após a aplicação dessa primeira rodada, verificou-se um saldo de recursos em alguns portes de diversas Unidades da Federação porque todos os Municípios habilitados já foram atendidos com os mínimos de CRAS estabelecidos na NOB, como demonstra a Tabela 6:

Tabela 6 – Saldo financeiro por porte e UF após primeira rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	10.227,94	21.309,98	16.885,59	55.013,61		103.437,12
AL	6.369,78	646,77	18.440,22	44.738,42		70.195,18
AM	100.628,20	66.472,92	79.667,74	43.278,97	48.735,59	338.783,43
AP	18.165,04	4.553,80	19.286,84	24.296,47		66.302,15
BA	14.218,26	26.914,40	8.561,82	22.860,28	229.787,71	302.342,47
CE	5.934,51	22.528,01	43.217,06	580,56	207.015,13	279.275,27
DF					42.694,79	42.694,79
ES	13.533,24	13.526,40	31.122,82	30.700,13		88.882,59
GO	15.224,36	24.047,77	9.923,37	9.544,13	16.507,09	75.246,73
MA	20.988,77	3.301,74	19.022,66	24.135,03	9.139,12	76.587,32
MG	14.877,25	3.848,68	16.782,62	348,27	18.131,62	53.988,45
MS	2.500,00	16.787,97	31.390,07	19.366,63		70.044,67
MT	17.189,96	11.933,68	31.398,52	27.742,01		88.264,17
PA	3.432,68	6.253,28	36.683,66	11.141,45	33.825,65	91.336,72
PB	10.507,44	16.130,19	26.768,10	11.862,13		65.267,86
PE	6.377,74	8.432,73	7.674,12	24.456,10	26.995,29	73.935,98
PI	19.158,35	21.325,60	39.481,29	3.935,73		83.900,98
PR	8.711,54	18.882,99	9.054,40	7.256,56	24.214,74	68.120,23
RJ	13.035,44	5.427,71	14.990,70	6.692,67	43.854,23	84.000,74
RN	10.581,82	30.016,88	21.505,17	36.833,64		98.937,51
RO	15.232,32	13.130,70	32.952,13	38.659,05		99.974,19
RR	18.056,20	8.364,08		35.131,38		61.551,66
RS	20.531,14	16.189,92	41.422,51	6.802,14	27.139,69	112.085,41
SC	14.274,02	22.337,44	44.162,63	8.985,49		89.759,59
SE	14.159,69	6.082,64	20.484,46	746,19		41.472,98
SP	10.114,97	2.736,33	38.760,48	10.453,74	101.437,55	163.503,06
TO	132.947,53	0,00	9.047,94	10.630,43		152.625,90
Total	536.978,20	391.182,61	668.686,92	516.191,21	829.478,20	2.942.517,14

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

5. O saldo de recursos em cada um dos portes de cada Unidade da Federação foi transferido equitativamente para os demais portes dentro da mesma Unidade da Federação, conforme previsto na NOB. Por transferência equitativa entendeu-se transferência proporcional à população pobre em cada um dos portes que não houve saldo.
6. Após a redistribuição dos recursos por porte dentro da mesma Unidade da Federação, continuou-se a aplicar a regra de distribuição de recursos, resultando no co-financiando de mais 25 CRAS, conforme Tabela 7:

Tabela 7 - Número de CRAS co-financiados por porte e UF na segunda rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	1	1	0	0		2
AL	0	0	0	0		0
AM	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0		0
BA	4	3	0	1	0	8
CE	2	3	2	0	0	7
DF					0	0
ES	0	0	0	1		1
GO	0	0	0	0	0	0
MA	0	0	0	0	0	0
MG	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0		0
MT	0	0	0	0		0
PA	0	0	0	0	0	0
PB	0	0	0	0		0
PE	0	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0		0
PR	0	0	0	0	0	0
RJ	0	0	0	0	1	1
RN	0	0	0	0		0
RO	0	0	0	0		0
RR	0	0		0		0
RS	0	0	0	0	0	0
SC	0	0	0	0		0
SE	0	0	0	0		0
SP	1	0	1	1	0	3
TO	0	2	0	1		3
Total	8	9	3	4	1	25

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

7. Após a aplicação dessa segunda rodada, verificou-se novamente um saldo de recursos por porte e por Unidade da Federação, desta vez insuficiente para o co-financiamento de um CRAS em qualquer porte dentro da mesma Unidade da Federação (vide Tabela 8):

Tabela 8 - Saldo financeiro por porte e UF após segunda rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	14.164,34	7.602,71	27.670,07	0,00		49.437,12
AL	6.369,78	646,77	18.440,22	44.738,42		70.195,18
AM	42.974,76	68.745,87	34.023,29	18.482,92	174.556,58	338.783,43
AP	19.343,32	0,00	20.276,02	26.682,80		66.302,15



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
BA	3.047,02	12.308,77	39.849,17	17.637,51	0,00	72.842,47
CE	8.649,38	5.249,01	2.194,15	33.682,74	0,00	49.775,27
DF					42.694,79	42.694,79
ES	20.196,82	22.531,57	0,00	1.154,19		43.882,59
GO	15.224,36	24.047,77	9.923,37	9.544,13	16.507,09	75.246,73
MA	20.988,77	3.301,74	19.022,66	24.135,03	9.139,12	76.587,32
MG	14.877,25	3.848,68	16.782,62	348,27	18.131,62	53.988,45
MS	2.500,00	16.787,97	31.390,07	19.366,63		70.044,67
MT	17.189,96	11.933,68	31.398,52	27.742,01		88.264,17
PA	3.432,68	6.253,28	36.683,66	11.141,45	33.825,65	91.336,72
PB	10.507,44	16.130,19	26.768,10	11.862,13		65.267,86
PE	6.377,74	8.432,73	7.674,12	24.456,10	26.995,29	73.935,98
PI	19.158,35	21.325,60	39.481,29	3.935,73		83.900,98
PR	8.711,54	18.882,99	9.054,40	7.256,56	24.214,74	68.120,23
RJ	0,00	6.451,34	16.192,10	12.967,51	3.389,79	39.000,74
RN	10.581,82	30.016,88	21.505,17	36.833,64		98.937,51
RO	15.232,32	13.130,70	32.952,13	38.659,05		99.974,19
RR	18.056,20	8.364,08		35.131,38		61.551,66
RS	20.531,14	16.189,92	41.422,51	6.802,14	27.139,69	112.085,41
SC	14.274,02	22.337,44	44.162,63	8.985,49		89.759,59
SE	14.159,69	6.082,64	20.484,46	746,19		41.472,98
SP	4.019,60	20.540,16	7.106,16	19.337,14	0,00	51.003,06
TO	0,00	0,00	0,00	34.458,11		34.458,11
Total	330.568,32	371.142,48	554.456,89	476.087,29	376.594,37	2.108.849,35

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

8. Nesse caso, procurou-se manter a concepção da NOB de que as transferências de recursos deveriam ser feitas dentro da mesma Unidade da Federação agrupando-se os recursos por Unidade da Federação e aplicando-se, uma vez mais, o critério de distribuição de CRAS, cujo resultado é apresentado na Tabela 9:

Tabela 9 - Número de CRAS co-financiados por porte e UF na terceira rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	2	0	0	0		2
AL	3	0	0	0		3
AM	0	0	0	0	0	0
AP	1	0	0	0		1
BA	3	0	0	0	0	3
CE	2	0	0	0	0	2
DF					0	0
ES	0	1	0	0		1
GO	3	0	0	0	0	3
MA	3	0	0	0	0	3
MG	2	0	0	0	0	2
MS	1	1	0	0		2
MT	3	0	0	0		3
PA	1	2	0	0	0	3
PB	2	0	0	0		2
PE	3	0	0	0	0	3
PI	0	2	0	0		2



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
PR	3	0	0	0	0	3
RJ	0	1	0	0	0	1
RN	4	0	0	0		4
RO	4	0	0	0		4
RR	1	1		0		2
RS	4	0	0	0	0	4
SC	1	0	1	0		2
SE	1	0	0	0		1
SP	0	1	0	0	0	1
TO	0	0	0	0		0
Total	47	9	1	0	0	57

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

9. Após a aplicação dessa terceira rodada, restou um saldo de recursos por Unidade da Federação, conforme Tabela 10:

Tabela 10 - Saldo financeiro por UF após terceira rodada

UF	Total
AC	4.437,12
AL	2.695,18
AM	338.783,43
AP	43.802,15
BA	5.342,47
CE	4.775,27
DF	42.694,79
ES	12.382,59
GO	7.746,73
MA	9.087,32
MG	8.988,45
MS	16.044,67
MT	20.764,17
PA	5.836,72
PB	20.267,86
PE	6.435,98
PI	20.900,98
PR	620,23
RJ	7.500,74
RN	8.937,51
RO	9.974,19
RR	7.551,66
RS	22.085,41
SC	22.259,59
SE	18.972,98
SP	19.503,06
TO	34.458,11
Total	722.849,35

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

10. Nesse caso, seguindo a concepção da NOB, os recursos foram agrupados nacionalmente e aplicou-se novamente o critério de distribuição de CRAS, resultando na distribuição de mais 29 CRAS, conforme Tabela 11:

Tabela 11 - Número de CRAS co-financiados por porte e UF na quarta rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	0	0	0	0		0
AL	0	1	1	0		2
AM	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0	0		0
BA	5	0	0	0	0	5
CE	0	0	0	0	0	0
DF					0	0
ES	0	0	0	0		0
GO	0	0	0	0	0	0
MA	10	3	0	0	0	13
MG	0	0	0	0	0	0
MS	0	0	0	0		0
MT	0	0	0	0		0
PA	0	0	0	0	0	0
PB	9	0	0	0		9
PE	0	0	0	0	0	0
PI	0	0	0	0		0
PR	0	0	0	0	0	0
RJ	0	0	0	0	0	0
RN	0	0	0	0		0
RO	0	0	0	0		0
RR	0	0		0		0
RS	0	0	0	0	0	0
SC	0	0	0	0		0
SE	0	0	0	0		0
SP	0	0	0	0	0	0
TO	0	0	0	0		0
Total	24	4	1	0	0	29

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

11. Dessa última rodada, restou um saldo de R\$ 11.849,35. Como resultado das quatro rodadas serão co-financiados 770 CRAS, conforme Tabela 12.

Tabela 12 - Número de CRAS co-financiados por porte e UF (total da expansão)

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	4	1	0	0	0	5
AL	10	8	2	5	0	25
AM	0	3	0	0	8	11
AP	1	0	0	1	0	2
BA	44	25	8	16	8	101
CE	16	16	9	8	8	57
DF	0	0	0	0	5	5
ES	2	3	0	6	0	11
GO	9	2	2	4	2	19
MA	29	16	5	6	6	62



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
MG	33	11	6	16	5	71
MS	4	2	0	2	0	8
MT	7	1	0	2	0	10
PA	7	14	6	9	6	42
PB	25	3	1	5	0	34
PE	14	12	7	12	7	52
PI	13	5	0	5	0	23
PR	16	4	2	7	2	31
RJ	1	3	2	18	16	40
RN	13	2	1	4	0	20
RO	6	1	0	1	0	8
RR	1	1	0	0	0	2
RS	12	3	2	8	2	27
SC	6	1	1	3	0	11
SE	5	3	1	3	0	12
SP	10	8	5	30	24	77
TO	0	2	0	2	0	4
Total	288	150	60	173	99	770

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

IV - Expansão do Piso Básico Variável

1. Para expansão do Piso Básico Variável, usou-se os seguintes parâmetros, conforme estabelecido na Portaria Nº 385, de 26 de julho de 2005:
 - a) receberão núcleos do Agente Jovem os Municípios habilitados que tiverem CRAS ou vierem a receber algum CRAS como resultado da expansão do Piso Básico Fixo;
 - b) o número de CRAS que cada Município terá direito será proporcional à população residente de 15 a 17 anos de acordo com o Censo Demográfico 2000, devidamente atualizada através da Estimativa de População 2004, conservado o mesmo percentual dos Municípios que deram origem aos Municípios novos (que não constavam do Censo Demográfico);
 - c) dentro do limite da disponibilidade orçamentária, será assegurada o co-financiamento de um núcleo de Agente Jovem, no mínimo por CRAS;
 - d) o número máximo de núcleos de Agente Jovem que um Município receberá será de dez vezes o número de CRAS co-financiados.
2. Os recursos para expansão do Piso Básico Variável referem-se aos meses de outubro a dezembro, ou seja, três meses. Foram destinados R\$ 13.895.756,00, que foram distribuídos conforme Tabela 13:

Tabela 13 - Distribuição dos recursos do Piso Básico Variável por porte e por UF

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	17.359,72	11.303,35	8.956,54	29.180,60	0,00	66.800,22
AL	86.920,66	117.301,82	33.650,29	143.076,05	0,00	380.948,81
AM	53.375,73	85.384,09	42.257,78	22.956,26	216.803,65	420.777,51
AP	9.635,19	2.415,45	10.230,23	36.756,59	0,00	59.037,46
BA	389.447,86	381.860,73	195.494,47	370.162,67	312.838,26	1.649.803,99
CE	146.362,62	229.158,54	190.007,35	191.261,01	300.759,11	1.057.548,62



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
DF	0,00	0,00	0,00	0,00	141.992,06	141.992,06
ES	31.047,51	40.591,53	16.508,33	135.629,79	0,00	223.777,15
GO	79.682,78	46.172,33	53.001,87	100.538,98	56.494,04	335.890,01
MA	202.086,04	218.960,44	129.435,77	156.016,63	148.062,42	854.561,29
MG	377.862,84	185.833,77	152.116,73	382.090,87	128.963,13	1.226.867,33
MS	37.129,76	25.613,15	16.650,08	58.010,82	0,00	137.403,82
MT	56.856,25	23.038,32	16.654,57	62.453,33	0,00	159.002,46
PA	73.428,18	203.817,62	162.672,74	220.731,91	161.156,78	821.807,22
PB	172.657,34	58.681,04	38.067,61	125.637,64	0,00	395.043,63
PE	134.663,15	204.973,65	171.154,48	299.401,73	181.402,92	991.595,93
PI	165.311,44	61.436,82	20.941,87	121.433,28	0,00	369.123,40
PR	159.770,19	76.849,59	52.540,95	170.932,99	60.582,38	520.676,09
RJ	18.848,89	36.295,78	55.689,71	433.194,36	381.298,39	925.327,13
RN	113.023,97	49.338,50	35.276,01	115.014,02	0,00	312.652,50
RO	31.948,74	23.673,25	17.478,64	44.374,87	0,00	117.475,49
RR	9.577,46	4.436,52	0,00	18.634,57	0,00	32.648,55
RS	106.366,77	58.712,72	69.709,81	194.561,10	62.133,84	491.484,24
SC	67.244,13	28.556,73	23.424,97	76.373,53	0,00	195.599,37
SE	55.248,93	53.351,56	34.734,60	72.003,20	0,00	215.338,29
SP	112.776,33	118.410,17	116.036,07	697.749,79	626.664,23	1.671.636,60
TO	70.518,72	16.111,06	4.799,25	29.507,78	0,00	120.936,82
Total	2.779.151,20	2.362.278,52	1.667.490,72	4.307.684,36	2.779.151,20	13.895.756,00

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

3. Os Municípios habilitados serão atendidos dentro de cada porte e de cada Unidade da Federação de forma a assegurar no mínimo um núcleo de Agente Jovem por CRAS, até o limite da disponibilidade orçamentária. A Tabela 14 mostra como foi feita a distribuição de núcleos de Agente Jovem por porte e por Unidade da Federação após a aplicação dessa rodada.

Tabela 14 - Número de núcleos de Agente Jovem co-financiados por porte e UF na primeira rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	2	1	1	0		4
AL	9	8	5	4		26
AM	0	3	0	0	0	3
AP	1	0	0	4		5
BA	61	34	16	20	0	131
CE	22	23	14	12	0	71
DF					0	0
ES	3	3	0	5		11
GO	12	2	3	5	0	22
MA	32	21	6	6	3	68
MG	45	9	4	17	0	75
MS	6	3	2	4		15
MT	9	3	0	4		16
PA	8	10	8	13	3	42
PB	27	4	5	7		43
PE	17	12	10	8	0	47
PI	16	7	1	4		28
PR	25	9	2	12	0	48



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
RJ	3	5	8	14	0	30
RN	17	7	5	5		34
RO	5	2	1	3		11
RR	1	0		0		1
RS	13	3	2	15	0	33
SC	6	2	2	5		15
SE	8	5	3	9		25
SP	12	9	7	25	11	64
TO	0	2	0	3		5
Total	360	187	105	204	17	873

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

4. Após a aplicação dessa primeira rodada, verificou-se um saldo de recursos em alguns portes de diversas Unidades da Federação porque todos os Municípios habilitados já foram atendidos com os mínimos de CRAS estabelecidos na NOB, como demonstra a Tabela 15.

Tabela 15 - Saldo financeiro por porte e UF após primeira rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	4.859,72	5.053,35	2.706,54	29.180,60		41.800,22
AL	30.670,66	67.301,82	2.400,29	118.076,05		218.448,81
AM	53.375,73	66.634,09	42.257,78	22.956,26	216.803,65	402.027,51
AP	3.385,19	2.415,45	10.230,23	11.756,59		27.787,46
BA	8.197,86	169.360,73	95.494,47	245.162,67	312.838,26	831.053,99
CE	8.862,62	85.408,54	102.507,35	116.261,01	300.759,11	613.798,62
DF					141.992,06	141.992,06
ES	12.297,51	21.841,53	16.508,33	104.379,79		155.027,15
GO	4.682,78	33.672,33	34.251,87	69.288,98	56.494,04	198.390,01
MA	2.086,04	87.710,44	91.935,77	118.516,63	129.312,42	429.561,29
MG	96.612,84	129.583,77	127.116,73	275.840,87	128.963,13	758.117,33
MS	2.129,76	6.863,15	4.150,08	33.010,82		46.153,82
MT	606,25	4.288,32	16.654,57	37.453,33		59.002,46
PA	23.428,18	141.317,62	112.672,74	139.481,91	142.406,78	559.307,22
PB	3.907,34	33.681,04	6.817,61	81.887,64		126.293,63
PE	28.413,15	129.973,65	108.654,48	249.401,73	181.402,92	697.845,93
PI	65.311,44	17.686,82	14.691,87	96.433,28		194.123,40
PR	3.520,19	20.599,59	40.040,95	95.932,99	60.582,38	220.676,09
RJ	98,89	5.045,78	5.689,71	345.694,36	381.298,39	737.827,13
RN	6.773,97	5.588,50	4.026,01	83.764,02		100.152,50
RO	698,74	11.173,25	11.228,64	25.624,87		48.725,49
RR	3.327,46	4.436,52		18.634,57		26.398,55
RS	25.116,77	39.962,72	57.209,81	100.811,10	62.133,84	285.234,24
SC	29.744,13	16.056,73	10.924,97	45.123,53		101.849,37
SE	5.248,93	22.101,56	15.984,60	15.753,20		59.088,29
SP	37.776,33	62.160,17	72.286,07	541.499,79	557.914,23	1.271.636,60
TO	70.518,72	0,00	4.799,25	10.757,78		86.075,75
Total	531.651,20	1.189.917,46	1.011.240,72	3.032.684,36	2.672.901,20	8.438.394,94

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

5. Na segunda rodada, os Municípios habilitados serão atendidos dentro de cada porte e de cada Unidade da Federação de forma a assegurar que o número de núcleos de Agente Jovem seja proporcional à população de 15 a 17 anos residente nesses Municípios, até o limite da disponibilidade orçamentária e obedecido o máximo de 10 núcleos por CRAS. A Tabela 16 mostra como foi feita a distribuição de núcleos de Agente Jovem por porte e por Unidade da Federação após a aplicação dessa rodada.

Tabela 16 - Número de núcleos de Agente Jovem co-financiados por porte e UF na segunda rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	0	0	0	0		0
AL	0	5	0	18		23
AM	0	9	0	0	34	43
AP	0	0	1	1		2
BA	0	6	10	33	50	99
CE	0	0	11	16	48	75
DF					22	22
ES	0	3	0	14		17
GO	0	2	4	10	9	25
MA	0	0	13	16	20	49
MG	0	12	17	41	20	90
MS	0	0	0	5		5
MT	0	0	0	4		4
PA	0	17	15	21	22	75
PB	0	2	0	12		14
PE	0	14	13	36	29	92
PI	2	0	2	15		19
PR	0	0	6	11	9	26
RJ	0	0	0	48	60	108
RN	0	0	0	11		11
RO	0	1	1	3		5
RR	0	0		0		0
RS	0	4	9	13	9	35
SC	2	2	0	6		10
SE	0	0	2	1		3
SP	0	5	9	74	88	176
TO	0	0	0	1		1
Total	4	82	113	410	420	1.029

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

6. Após a aplicação dessa segunda rodada, verificou-se um saldo de recursos em alguns portes de diversas Unidades da Federação, originada de diferenças de arredondamento na distribuição dos núcleos por porte e por UF (vide Tabela 17).

Tabela 17 - Saldo financeiro por porte e UF após segunda rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total geral
AC	4.859,72	5.053,35	2.706,54	29.180,60		41.800,22
AL	30.670,66	36.051,82	2.400,29	5.576,05		74.698,81
AM	53.375,73	10.384,09	42.257,78	22.956,26	4.303,65	133.277,51
AP	3.385,19	2.415,45	3.980,23	5.506,59		15.287,46
BA	8.197,86	131.860,73	32.994,47	38.912,67	338,26	212.303,99



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total geral
CE	8.862,62	85.408,54	33.757,35	16.261,01	759,11	145.048,62
DF					4.492,06	4.492,06
ES	12.297,51	3.091,53	16.508,33	16.879,79		48.777,15
GO	4.682,78	21.172,33	9.251,87	6.788,98	244,04	42.140,01
MA	2.086,04	87.710,44	10.685,77	18.516,63	4.312,42	123.311,29
MG	96.612,84	54.583,77	20.866,73	19.590,87	3.963,13	195.617,33
MS	2.129,76	6.863,15	4.150,08	1.760,82		14.903,82
MT	606,25	4.288,32	16.654,57	12.453,33		34.002,46
PA	23.428,18	35.067,62	18.922,74	8.231,91	4.906,78	90.557,22
PB	3.907,34	21.181,04	6.817,61	6.887,64		38.793,63
PE	28.413,15	42.473,65	27.404,48	24.401,73	152,92	122.845,93
PI	52.811,44	17.686,82	2.191,87	2.683,28		75.373,40
PR	3.520,19	20.599,59	2.540,95	27.182,99	4.332,38	58.176,09
RJ	98,89	5.045,78	5.689,71	45.694,36	6.298,39	62.827,13
RN	6.773,97	5.588,50	4.026,01	15.014,02		31.402,50
RO	698,74	4.923,25	4.978,64	6.874,87		17.475,49
RR	3.327,46	4.436,52		18.634,57		26.398,55
RS	25.116,77	14.962,72	959,81	19.561,10	5.883,84	66.484,24
SC	17.244,13	3.556,73	10.924,97	7.623,53		39.349,37
SE	5.248,93	22.101,56	3.484,60	9.503,20		40.338,29
SP	37.776,33	30.910,17	16.036,07	78.999,79	7.914,23	171.636,60
TO	70.518,72	0,00	4.799,25	4.507,78		79.825,75
Total	506.651,20	677.417,46	304.990,72	470.184,36	47.901,20	2.007.144,94

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

7. Na terceira rodada foi distribuído um núcleo de Agente Jovem por Município até o limite da disponibilidade orçamentária para compensar as perdas ocorridas devido às diferenças de arredondamento das rodadas anteriores. O resultado é apresentado na Tabela 18.

Tabela 18 - Número de núcleos de Agente Jovem co-financiados por porte e UF na terceira rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	0	0	0	0		0
AL	4	5	0	0		9
AM	0	1	0	0	0	1
AP	0	0	0	0		0
BA	1	21	5	6	0	33
CE	1	13	5	2	0	21
DF					0	0
ES	1	0	0	2		3
GO	0	3	1	1	0	5
MA	0	14	1	2	0	17
MG	15	8	3	3	0	29
MS	0	1	0	0		1
MT	0	0	0	1		1
PA	3	5	3	1	0	12
PB	0	3	1	1		5
PE	4	6	4	3	0	17
PI	8	2	0	0		10
PR	0	3	0	4	0	7
RJ	0	0	0	7	1	8



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
RN	1	0	0	2		3
RO	0	0	0	1		1
RR	0	0		0		0
RS	4	2	0	3	0	9
SC	2	0	1	1		4
SE	0	3	0	1		4
SP	6	4	2	12	1	25
TO	0	0	0	0		0
Total	50	94	26	53	2	225

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

8. Após a aplicação dessa terceira rodada, verificou-se um saldo de recursos em alguns portes de diversas Unidades da Federação, conforme Tabela 19, devido à existência de Municípios habilitados que, no entanto, não tem CRAS e, portanto, não receberão recursos para expansão do Agente Jovem.

Tabela 19 - Saldo financeiro por porte e UF após terceira rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	4.859,72	5.053,35	2.706,54	29.180,60		41.800,22
AL	5.670,66	4.801,82	2.400,29	5.576,05		18.448,81
AM	53.375,73	4.134,09	42.257,78	22.956,26	4.303,65	127.027,51
AP	3.385,19	2.415,45	3.980,23	5.506,59		15.287,46
BA	1.947,86	610,73	1.744,47	1.412,67	338,26	6.053,99
CE	2.612,62	4.158,54	2.507,35	3.761,01	759,11	13.798,62
DF					4.492,06	4.492,06
ES	6.047,51	3.091,53	16.508,33	4.379,79		30.027,15
GO	4.682,78	2.422,33	3.001,87	538,98	244,04	10.890,01
MA	2.086,04	210,44	4.435,77	6.016,63	4.312,42	17.061,29
MG	2.862,84	4.583,77	2.116,73	840,87	3.963,13	14.367,33
MS	2.129,76	613,15	4.150,08	1.760,82		8.653,82
MT	606,25	4.288,32	16.654,57	6.203,33		27.752,46
PA	4.678,18	3.817,62	172,74	1.981,91	4.906,78	15.557,22
PB	3.907,34	2.431,04	567,61	637,64		7.543,63
PE	3.413,15	4.973,65	2.404,48	5.651,73	152,92	16.595,93
PI	2.811,44	5.186,82	2.191,87	2.683,28		12.873,40
PR	3.520,19	1.849,59	2.540,95	2.182,99	4.332,38	14.426,09
RJ	98,89	5.045,78	5.689,71	1.944,36	48,39	12.827,13
RN	523,97	5.588,50	4.026,01	2.514,02		12.652,50
RO	698,74	4.923,25	4.978,64	624,87		11.225,49
RR	3.327,46	4.436,52		18.634,57		26.398,55
RS	116,77	2.462,72	959,81	811,10	5.883,84	10.234,24
SC	4.744,13	3.556,73	4.674,97	1.373,53		14.349,37
SE	5.248,93	3.351,56	3.484,60	3.253,20		15.338,29
SP	276,33	5.910,17	3.536,07	3.999,79	1.664,23	15.386,60
TO	70.518,72	0,00	4.799,25	4.507,78		79.825,75
Total	194.151,20	89.917,46	142.490,72	138.934,36	35.401,20	600.894,94

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

9. Na quarta rodada, os recursos foram agrupados por UF de forma a assegurar no mínimo um núcleo de Agente Jovem por CRAS, até o limite da disponibilidade orçamentária. A Tabela 20 mostra a distribuição de núcleos de Agente Jovem nessa rodada.

Tabela 20 - Número de Agente Jovem co-financiados por porte e UF na quarta rodada

UF	grande	médio	metrópole	pequeno I	pequeno II	Total
AC	0	0		4	2	6
AL	0	0		2	0	2
AM	0	0	0	0	3	3
AP	1	0		1	0	2
BA	0	0	0	0	0	0
CE	0	0	0	1	1	2
DF			0			0
ES	0	0		1	3	4
GO	0	0	0	1	0	1
MA	0	0	0	2	0	2
MG	0	0	0	2	0	2
MS	0	0		1	0	1
MT	0	0		4	0	4
PA	0	0	0	1	1	2
PB	0	0		1	0	1
PE	0	0	0	1	1	2
PI	0	0		2	0	2
PR	0	0	0	2	0	2
RJ	0	0	0	0	2	2
RN	0	0		2	0	2
RO	0	0		0	1	1
RR	0			3	1	4
RS	0	0	0	1	0	1
SC	0	0		2	0	2
SE	0	0		2	0	2
SP	0	1	0	1	0	2
TO	3	0		0	2	5
Total	4	1	0	37	17	59

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

Após a aplicação dessa quarta rodada, restou um saldo de recursos por Unidade da Federação, conforme

Tabela 21:

Tabela 21 - Saldo financeiro por UF após quarta rodada

UF	Total
AC	4.300,22
AL	5.948,81
AM	108.277,51
AP	2.787,46
BA	6.053,99
CE	1.298,62



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	Total
DF	4.492,06
ES	5.027,15
GO	4.640,01
MA	4.561,29
MG	1.867,33
MS	2.403,82
MT	2.752,46
PA	3.057,22
PB	1.293,63
PE	4.095,93
PI	373,40
PR	1.926,09
RJ	327,13
RN	152,50
RO	4.975,49
RR	1.398,55
RS	3.984,24
SC	1.849,37
SE	2.838,29
SP	2.886,60
TO	48.575,75
Total	232.144,94

Consolidação: Departamento de
Gestão do SUAS/Coordenação
Geral de apoio às instâncias do
SUAS

10. Finalmente, seguindo a concepção da NOB, os recursos foram agrupados nacionalmente e aplicou-se novamente o critério de distribuição de núcleos de Agente Jovem, resultando na distribuição de mais 37 núcleos de Agente Jovem, conforme
11. Tabela 22:

Tabela 22 - Número de Agente Jovem co-financiados por porte e UF na quinta rodada

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	1	0	0	0		1
AL	5	1	0	0		6
AM	0	1	0	0	0	1
AP	0	0	0	0		0
BA	6	2	0	0	0	8
CE	1	1	0	0	0	2
DF					0	0
ES	0	0	0	0		0
GO	0	0	0	0	0	0
MA	11	1	0	0	0	12
MG	1	0	0	0	0	1
MS	0	0	0	0		0
MT	0	0	0	0		0
PA	1	0	0	0	0	1
PB	1	0	0	0		1
PE	1	1	0	0	0	2



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
PI	2	0	0	0		2
PR	0	0	0	0	0	0
RJ	0	0	0	0	0	0
RN	0	0	0	0		0
RO	0	0	0	0		0
RR	0	0		0		0
RS	0	0	0	0	0	0
SC	0	0	0	0		0
SE	0	0	0	0		0
SP	0	0	0	0	0	0
TO	0	0	0	0		0
Total	30	7	0	0	0	37

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

12.Dessa última rodada, restou um saldo de R\$ 894,94. Como resultado das cinco rodadas serão co-financiados 2.223 núcleos de Agente Jovem, conforme Tabela 23:

Tabela 23 - Número de núcleos de Agente Jovem co-financiados por porte e UF (total da expansão)

UF	pequeno I	pequeno II	médio	grande	metrópole	Total
AC	7	3	1	0	0	11
AL	20	19	5	22	0	66
AM	0	17	0	0	34	51
AP	2	0	1	6	0	9
BA	68	63	31	59	50	271
CE	25	38	30	30	48	171
DF	0	0	0	0	22	22
ES	5	9	0	21	0	35
GO	13	7	8	16	9	53
MA	45	36	20	24	23	148
MG	63	29	24	61	20	197
MS	7	4	2	9	0	22
MT	13	3	0	9	0	25
PA	13	33	26	35	25	132
PB	29	9	6	20	0	64
PE	23	34	27	47	29	160
PI	30	9	3	19	0	61
PR	27	12	8	27	9	83
RJ	3	7	8	69	61	148
RN	20	7	5	18	0	50
RO	5	4	2	7	0	18
RR	4	1	0	0	0	5
RS	18	9	11	31	9	78
SC	12	4	3	12	0	31
SE	10	8	5	11	0	34
SP	19	18	19	111	100	267
TO	0	4	0	7	0	11
Total	481	387	245	671	439	2.223

Consolidação: Departamento de Gestão do SUAS/Coordenação Geral de apoio às instâncias do SUAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2006

ANEXO III
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2006

XL - recursos destinados ao Fome Zero liquidados nos últimos 2 anos, a execução provável em 2005 e o programado para 2006 discriminados por órgão, programa e ação; e

XL - recursos destinados ao Fome Zero liquidados nos últimos 2 anos, a execução provável em 2005 e o programado para 2006 discriminados por órgão, programa e ação;

R\$ 1,00

Unidade/Programa/Ação		LIQUIDADO 2003	LIQUIDADO 2004	EXECUÇÃO PROVÁVEL 2005	PLOA 2006
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	954.164.181	1.014.315.489	1.264.999.999	1.312.999.946
1061	Brasil Escolarizado	954.164.181	1.014.315.489	1.264.999.999	1.312.999.946
0513	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	954.164.181	1.014.315.489	1.264.999.999	1.312.999.946
36000	MINISTERIO DA SAUDE	365.884.809	832.203.581	1.203.252.258	2.123.618.000
0150	Identidade étnica e patrimônio cultural dos povos indígenas	0	2.615.621	3.214.000	4.800.000
6140	Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas	0	2.615.621	3.214.000	4.800.000
1215	Alimentação Saudável	5.884.808	10.791.985	38.258	18.818.000
0806	Apoio a Estudos e Pesquisas sobre Alimentação e Nutrição, com Enfoque na Recuperação Nutricional e Alimentação Saudável	4.408.888	3.644.150	38.258	3.085.000
4294	Prevenção e Controle das Carências Nutricionais por Micronutrientes	1.475.920	2.000.000	0	10.594.000
6449	Promoção de Hábitos de Vida e de Alimentação Saudáveis para a Prevenção das Obesidades e das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis	0	797.835	0	1.000.000
8519	Monitoramento da Situação Nutricional da População Brasileira	0	4.350.000	0	4.139.000
1335	Transferência de Renda com Condicionais	360.000.001	818.795.975	1.200.000.000	2.100.000.000
099A	Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com Crianças de Idade entre 0 e 6 anos, para Melhoria das Condições de Saúde e Combate às Carências Nutricionais (Lei nº 10.836, de 2004)	360.000.001	818.795.975	1.200.000.000	2.100.000.000
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	32.707.002	64.147.755	56.342.436	62.127.084
0101	Qualificação Social E Profissional	32.707.002	52.944.312	45.138.993	56.311.084
4728	Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Ações do Sistema Público de Emprego e de Economia Solidária	32.707.002	21.944.052	38.236.276	34.268.983
4733	Qualificação de Trabalhadores Beneficiários de Políticas de Inclusão Social	0	31.000.260	6.902.717	22.042.101

XL - recursos destinados ao Fome Zero liquidados nos últimos 2 anos, a execução provável em 2005 e o programado para 2006 discriminados por órgão, programa e ação;

R\$ 1,00

Unidade/Programa/Ação		LIQUIDADO 2003	LIQUIDADO 2004	EXECUÇÃO PROVÁVEL 2005	PLQA 2006
1133	Economia Solidária em Desenvolvimento	0	10.708.443	10.708.443	4.616.000
4737	Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária	0	10.708.443	10.708.443	4.616.000
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	0	495.000	495.000	200.000
0863	Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos	0	495.000	495.000	200.000
1387	Microcrédito Produtivo Orientado	-	-	-	1.000.000
9509	Assessoria Empresarial aos Microempreendedores*	-	-	-	-
9A10	Concessão de crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares*	-	-	-	-
9510	Financiamento ao Micronegócio*	-	-	-	-
9863	Financiamento de Autogestão e Microcrédito*	-	-	-	-
2B12	Fomento ao Desenvolvimento de Instituições de Microcrédito	-	-	-	1.000.000
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	63.505.200	93.951.645	136.699.846	246.800.000
0351	Agricultura Familiar - PRONAF	63.505.200	93.951.645	136.699.846	116.800.000
0359	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 2003)	36.610.000	28.500.000	50.500.000	50.500.000
4260	Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares	0	42.985.598	58.303.339	50.744.000
4266	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	0	507.500	1.060.000	1.000.000
4280	Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar	0	11.410.855	15.108.087	5.387.526
4448	Capacitação de Agricultores Familiares	26.895.200	10.547.692	11.728.420	9.168.474
0352	Abastecimento Agroalimentar	0	0	0	130.000.000
2B81	Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar	0	0	0	118.000.000
2B83	Operacionalização da aquisição, da armazenagem e da revenda de produtos da agricultura familiar - PAA	0	0	0	12.000.000
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	0	1.498.250	1.929.000	1.060.000
8009	Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRODUIR	0	1.498.250	1.929.000	1.060.000
0692	Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos	0	1.498.250	1.929.000	1.060.000

XL - recursos destinados ao Fome Zero liquidados nos últimos 2 anos, a execução provável em 2005 e o programado para 2006 discriminados por órgão, programa e ação;

R\$ 1,00

Unidade/Programa/Ação		LIQUIDADO 2003	LIQUIDADO 2004	EXECUÇÃO PROVÁVEL 2005	PLOA 2006
55000	MINISTERIO DO DESENVOLV. SOCIAL E COMBATE A FOME	2.944.052.836	5.268.564.306	6.076.977.383	6.164.309.707
1049	Acesso à Alimentação	0	368.639.173	471.851.215	486.444.875
001X	Apoio a Projeto de Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	0	152.389.485	19.535.000	38.000.000
0558	Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos	0	4.233.080	4.725.000	4.521.970
0989	Apoio à Agricultura Urbana	0	5.350.000	10.000.000	10.000.000
11V1	Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	0	0	68.712.702	69.159.851
2784	Educação Alimentar e Nutricional	0	0	6.000.000	6.000.000
2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	0	8.130.676	46.000.000	46.000.000
2798	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	0	169.611.634	268.171.713	265.213.054
2802	Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	0	9.207.898	10.700.000	10.600.000
0987	Apoio à Instalação de Restaurantes Populares Públicos	0	19.716.400	38.006.800	31.950.000
0A25	Apoio à Instalação de Cozinhas Comunitárias	0	0	0	5.000.000
1006	Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.132.095	15.069.098	22.400.000	19.075.486
4923	Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.000.000	3.600.000	19.600.000	8.566.014
6877	Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	132.095	11.469.098	2.800.000	10.509.472
1335	Transferência de Renda com Condiionalidades	2.923.310.190	4.808.731.265	5.451.019.777	5.462.260.345
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda - Cadastro Único	13.954.204	6.328.160	8.500.000	22.260.345
006O	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	2.909.355.986	4.802.403.105	5.442.519.777	5.440.000.000
1133	Economia Solidária em Desenvolvimento	0	15.459.112	27.965.000	11.830.000
4963	Promoção da Inclusão Produtiva	0	15.459.112	27.965.000	11.830.000
1384	Proteção Social Básica	18.610.551	60.665.658	103.741.391	184.699.001
2A60	Serviços de Proteção Social Básica às Famílias	18.610.551	60.665.658	103.741.391	184.699.001
74000	OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.377.293.776	1.925.130.927	3.514.151.001	1.740.957.000

XL - recursos destinados ao Fome Zero liquidados nos últimos 2 anos, a execução provável em 2005 e o programado para 2006 discriminados por órgão, programa e ação;

R\$ 1,00					
Unidade/Programa/Ação		LIQUIDADO 2003	LIQUIDADO 2004	EXECUÇÃO PROVÁVEL 2005	PLOA 2006
0351	Agricultura Familiar - PRONAF	1.377.293.776	1.925.130.927	3.514.151.001	1.740.957.000
0281	Equalização de Juros para a Agricultura Famlar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)	1.377.293.776	1.925.130.927	3.514.151.001	1.193.407.000
0A81	Financiamento para a Agricultura Famlar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001)	0	0	0	547.550.000
TOTAL		5.737.607.804	9.199.811.953	12.254.351.923	11.651.871.737

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2006

ANEXO III

RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2006

XLI - com relação à dívida pública federal:

a) memória de cálculo das estimativas de despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal externa, em 2006, separando o pagamento ao Banco Central e ao mercado;

b) estoque e composição percentual, por indexador, da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e da Dívida Pública Federal , junto ao mercado e ao Banco Central do Brasil , em 31 de dezembro dos 3 (três) últimos anos, em 30 de junho de 2005 e as previsões para 31 de dezembro de 2005 e 2006;

c) as metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento do ano em curso, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e as diretrizes utilizadas na formulação da proposta orçamentária para 2006;

d) demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito de Encargos Financeiros da União e do Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI; e

e) estimativa do montante da dívida pública federal objeto de refinanciamento, já incluídas as operações de crédito constantes do projeto de lei orçamentária para esta finalidade, nos termos do disposto no art. 29, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Inciso XLI das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLI - com relação à dívida pública federal:

a) memória de cálculo das estimativas de despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal externa, em 2006, separando o pagamento ao Banco Central e ao mercado;

NECESSIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA DPMFI				R\$
	PRINCIPAL	ENCARGOS	TOTAL	
Neces. Orçament.DPMFI 2006 (A)	849.724.512.135,35	148.317.554.676,39	998.042.066.811,74	
Fontes da DPMFI				
100	17.635.498.130,00	0	17.635.498.130,00	
129	360.000.000,00	0	360.000.000,00	
152	14.318.000.000,00	0	14.318.000.000,00	
159	13.379.109.555,00	0	13.379.109.555,00	
173	13.633.425.679,00	0	13.633.425.679,00	
174	0,00	0	0,00	
186	237.144.770,00	0	237.144.770,00	
187	418.383.958,00	0	418.383.958,00	
188	0,00	29.332.936.105,00	29.332.936.105,00	
197	4.270.695.074,00	0	4.270.695.074,00	
900	0,00	0	0,00	
Total de Fontes (B)	64.252.257.166,00	29.332.936.105,00	93.585.193.271,00	
Fontes 143 e 144	785.472.254.969,35	118.984.618.571,39	904.456.873.540,74	
para DPMFI (A-B)	Fonte 143	Fonte 144	Fontes 143 + 144	
Fontes Primárias (100+129+186+197+900)				
	22.503.337.974,00	Superávit Primário destinado para pagamento da DPMFI		
Demais Fontes do TN				
	71.081.855.297,00			
Fontes de Emissão (143+144)				
	904.456.873.540,74			
TOTAL	998.042.066.811,74			

Fonte: STN/CODIV/GEROR

Necessidade Orçamentária DPMFI			R\$
MERCADO	Principal		418.076.321.196,12
	Encargos		105.364.774.783,07
	Total		523.441.095.979,19
BACEN	Principal		431.648.190.939,23
	Encargos		42.952.779.893,31
	Total		474.600.970.832,54
TOTAL	Principal		849.724.512.135,35
	Encargos		148.317.554.676,38
	Total		998.042.066.811,73

Fonte: STN/CODIV/GEROR

Lei nº xxx de xx de Agosto de 2005, inciso VII, alínea c, do Anexo das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2006.

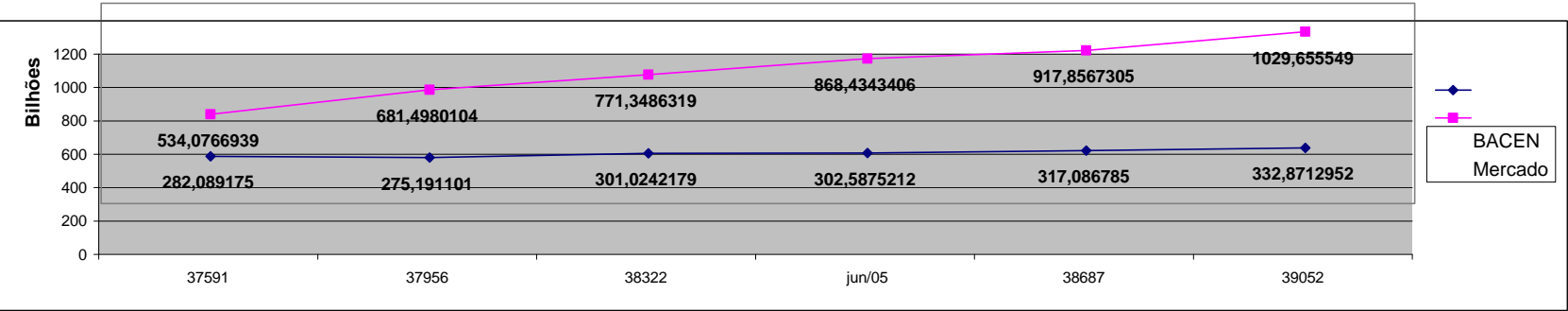
NECESSIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA DPMFE				R\$
	PRINCIPAL	ENCARGOS	TOTAL	
Neces. Orçament.DPMFE 2006 (A)	49.957.379.192,64	21.274.470.188,27	71.231.849.380,91	
Fontes da DPMFE				
0171	3.733.140.973,37	771.389.733,05	4.504.530.706,42	
0148	4.812.000.000,00		4.812.000.000,00	
Total de Fontes (B)	8.545.140.973,37	771.389.733,05	9.316.530.706,42	
Fontes 143 e 144	41.412.238.219,27	20.503.080.455,22	61.915.318.674,49	
para DPMFE (A-B)	Fonte 143	Fonte 144	Fontes 143 + 144	

Fonte: STN/CODIV/GEROR

b) estoque e composição percentual, por indexador, da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna e da Dívida Pública Federal , junto ao mercado e ao Banco Central do Brasil , em 31 de dezembro dos 3 (três) últimos anos, em 30 de junho de 2005 e as previsões para 31 de dezembro de 2005 e 2006;

Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna- DPMFI

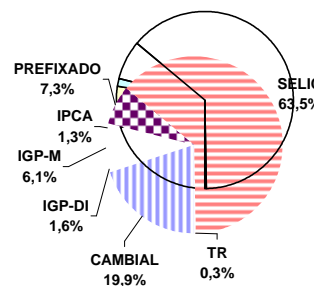
Posição / Mercado	Indexador	dez.02	dez.03	dez.04	jun/05	dez.05	dez.06
BACEN		282.089.175	275.191.101	301.024.218	302.587.521	317.086.785	332.871.295
	CAMBIAL	90.102.101	66.692.076	47.070.359	31.596.147	27.141.445	17.656.065
	IGP-M	-	-	-	-	-	-
	IPCA	-	7.680.295	8.477.777	8.936.011	9.271.461	1.554.027
	Pré	45.724.989	100.893.804	127.999.710	130.782.001	168.480.840	282.498.264
	SELIC	146.257.095	99.919.391	117.470.399	131.267.129	112.186.529	31.155.928
	TR	4.989	5.534	5.973	6.234	6.509	7.012
Mercado		534.076.694	681.498.010	771.348.632	868.434.341	917.856.731	1.029.655.549
	CAMBIAL	72.262.962	48.102.718	28.090.542	20.030.036	21.896.434	19.573.954
	IGP-DI	13.146.106	12.327.214	11.477.690	10.757.606	10.288.137	9.422.518
	IGP-M	49.740.416	64.944.238	82.072.246	84.130.607	74.040.802	81.623.864
	IPCA	10.698.471	18.049.853	26.306.298	30.693.121	44.113.104	57.860.944
	Pré	13.583.592	91.758.819	162.672.472	207.882.517	253.945.596	337.074.724
	SELIC	371.970.862	443.450.747	457.827.979	511.916.840	510.429.081	520.727.332
	TR	2.674.286	2.864.421	2.901.406	3.023.614	3.143.577	3.372.213
Total		816.165.869	956.689.111	1.072.372.850	1.171.021.862	1.234.943.515	1.362.526.844



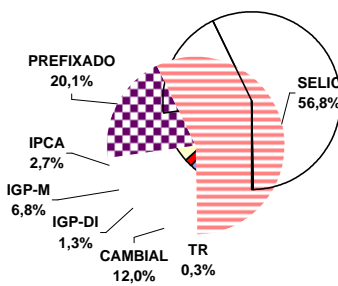
Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Composição Percentual

Posição / Mercado		Indexador	dez/2002	dez/2003	dez/2004	jun/2005	dez/2005	dez/2006
DPMFI	BACEN		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
			34,56%	28,76%	28,07%	25,84%	25,68%	24,43%
		CAMBIAL	11,04%	6,97%	4,39%	2,70%	2,20%	1,30%
		IGP-M	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
		IPCA	0,00%	0,80%	0,79%	0,76%	0,75%	0,11%
		PREFIXADO	5,60%	10,55%	11,94%	11,17%	13,64%	20,73%
		SELIC	17,92%	10,44%	10,95%	11,21%	9,08%	2,29%
		TR	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mercado		65,44%	71,24%	71,93%	74,16%	74,32%	75,57%	
	CAMBIAL	8,85%	5,03%	2,62%	1,71%	1,77%	1,44%	
	IGP-DI	1,61%	1,29%	1,07%	0,92%	0,83%	0,69%	
	IGP-M	6,09%	6,79%	7,65%	7,18%	6,00%	5,99%	
	IPCA	1,31%	1,89%	2,45%	2,62%	3,57%	4,25%	
	PREFIXADO	1,66%	9,59%	15,17%	17,75%	20,56%	24,74%	
	SELIC	45,58%	46,35%	42,69%	43,72%	41,33%	38,22%	
	TR	0,33%	0,30%	0,27%	0,26%	0,25%	0,25%	

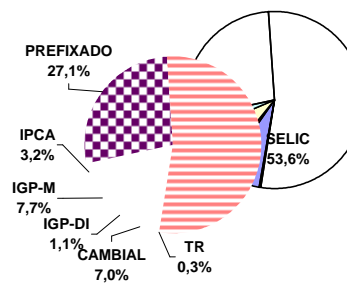
Composição Percentual Dez/2002



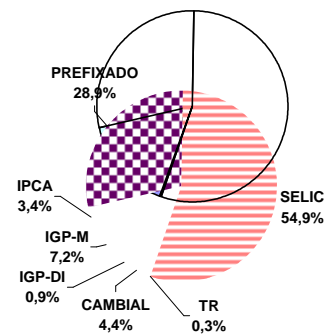
Composição Percentual Dez/2003



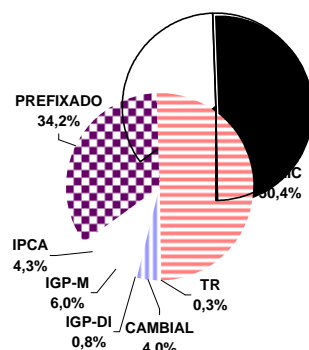
Composição Percentual Dez/2004



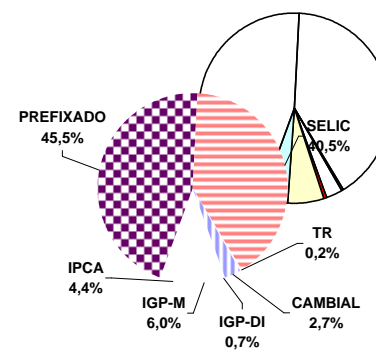
Composição Percentual Jun/2005



Composição Percentual Dez/2005



Composição Percentual Dez/2006



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL – SOF

Inciso XLI, alínea “c” das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

c) as metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento do ano em curso, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, e as diretrizes utilizadas na formulação da proposta orçamentária para 2006;

Apresentam-se, a seguir, as metas estabelecidas no Plano Anual de Financiamento – PAF - de 2005, bem como as diretrizes utilizadas na elaboração da proposta orçamentária de 2006, conforme o inciso XLI, alínea “c” do substitutivo das informações complementares do Projeto de LDO/2006.

?? Metas do Plano Anual de Financiamento – PAF de 2005

O PAF de 2005 tem como metas gerais: (i) alongamento dos prazos médios da Dívida Pública Federal – DPF; (ii) substituição gradual de parte dos títulos remunerados pela variação cambial e pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; (iii) incentivo ao desenvolvimento das estruturas a termo de taxa de juros para títulos públicos federais; e (iv) redução do percentual da DPF vincendo em 12 meses.

Em virtude da transferência da atribuição de operações com títulos no mercado externo do Banco Central para o Tesouro Nacional, a DPF está sendo administrada de forma integrada, considerando ativos e passivos, internos e externos. Assim, além das diretrizes gerais para gestão da DPF, a Dívida Pública Federal Externa– DPFe, tem no PAF diretrizes específicas, quais sejam: (i) criação de títulos de referência (*benchmarks*) nos principais mercados de títulos emergentes; (ii) suavização da estrutura de maturação da DPFe, por meio de novas emissões e operações de administração de passivo (*liability management*); (iii) redução gradual do estoque de *Brady Bonds*; (iv) ampliação, em termos geográficos, da base de investidores; e (v) manutenção de amplo relacionamento com a comunidade internacional.

?? **Diretrizes utilizadas na Proposta Orçamentária da Dívida Pública de 2006**

A elaboração da proposta orçamentária de 2006 baseou-se em premissas de cenário externo favorável, com crescimento da economia mundial e manutenção de ambiente propício ao fluxo de capitais para países emergentes. Com relação ao ambiente doméstico, levou-se em conta a continuidade da recuperação econômica, a convergência da inflação à meta oficial, a estabilidade do câmbio real, bem como a queda gradual na taxa de juros.

Sob tal contexto, a estratégia de emissão de títulos continuará pautando-se na melhoria do perfil e composição da dívida por meio do aumento na participação de títulos prefixados e remunerados a índices de preços, e redução papéis remunerados pela taxa Selic e pelo câmbio.

No ano de 2006 estão previstas ofertas públicas (leilões) por meio dos seguintes títulos: (i) Letras do Tesouro Nacional (LTN) – títulos com rentabilidade prefixada; (ii) Letras Financeiras do Tesouro (LFT) – remunerados pela taxa Selic; (iii) Notas do Tesouro Nacional - série C (NTN-C) – títulos indexados ao IGP-M, (iv) NTN-B – títulos indexados ao IPCA; e (v) NTN-F – títulos com rentabilidade prefixada e pagamento de juros semestrais.

Como instrumentos auxiliares para a ampliação da liquidez e dinamismo do mercado secundário de títulos públicos, pretende-se seguir realizando leilões de recompra de títulos de curto e de longo prazo, inclusive cupons (juros) das NTN-B. Buscar-se-á, também, realizar leilões de troca de títulos que vencem no curto prazo por outros mais longos, objetivando reduzir o risco de refinanciamento, aumentar a liquidez e auxiliar o alongamento do perfil da dívida pública.

No que diz respeito à maturação dos títulos do Tesouro Nacional na carteira do Banco Central do Brasil, foi considerado, para fins de estratégia, o refinanciamento integral dos vencimentos de principal (atualizado pela variação do IGP-M) por meio da emissão de

títulos prefixados, papéis mais adequados à condução da política monetária por aquela Autarquia.

Na proposta orçamentária de 2006 foram consideradas emissões especiais com vistas a atender diversos programas do Governo, entre os quais, destacam-se: (i) o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Bancária (PROES), em razão de contratos anteriormente assinados e cujas condições de efetividade ainda não foram concluídas; (ii) o pagamento de equalizações do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX); (iii) o programa de reconhecimento de dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS); e (iv) a securitização de dívidas diversas, ainda em fase de reconhecimento.

No que tange à atuação do Governo Brasileiro no mercado financeiro internacional, o Tesouro Nacional dará continuidade à estratégia de captações externas implementada com sucesso nos últimos anos, tendo por diretrizes o alongamento de prazos, a redução de custos e o estabelecimento de uma curva de referência para os títulos brasileiros, principalmente nos mercados de euro e dólar. Caso seja possível, deve-se buscar também o retorno ao mercado de títulos no Japão (mercado Samurai).

Sob tal estratégia, pretende-se, ainda, dar continuidade, sempre que as condições de mercado permitirem, aos processos de recompra de títulos com resgates em 2006, minimizando as necessidades de refinanciamento do período, e de substituição da dívida externa reestruturada por títulos mais simples e convencionais, aproveitando oportunidades de mercado que permitam alcançar as diretrizes já mencionadas. Novos aportes financeiros por parte de organismos multilaterais de crédito também foram considerados, visando apoiar as reformas estruturais em curso e o financiamento de projetos prioritários do Governo.

Inciso XLI das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLI - com relação à dívida pública federal:

d) demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito de Encargos Financeiros da União e do Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI; e

Operação Especial	Descrição da Operação Especial	IDOC	Descrição do IDOC	Nº da Obrigação SIAFI
Unidade Orçamentária	71101			
0371	Dívidas Externas Decorrentes de Financiamentos para Operações Oficiais de Crédito	2757	Prog. de Financ. p/Aquisição de Equip. de Irrig.Cerrado -PROFIR	000503
		2758	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER	000496
				000497 001143
		2759	Programa Nacional de Desenvolvimento Rural - PNDR	000495
		2760	Programa UNIFICADOS RURAIS	000614
		2761	Programa Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial - PNDA	000494
0405	Dívidas Externas da União Decorrentes de Assunção, Reconhecimento ou Confissão de Dívidas de Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	2745	Departamento Nacional de Obras e Saneamento-DNOS (Ex)	500440
		2747	Banco Central do Brasil (BACEN) - Decretos nº 94.444/87 e 95364/87) USAID	001284
				001353 001354 001355 001356 001357
		2750	Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRÁS (Lei nº 8.029/90)	001336
		2772	Empresas Nucleares Brasileiras - NUCLEBRÁS e suas subsidiárias (Lei nº 862/89)	000228
				000371 000383 000429 001388
0409	Dívida Externa da União Decorrente de Acordos de Reestruturação (BIB, BEA, CPARIS, DL6019, ...)	2751	Brasilian Investment Bond - BIB	001123
		2752	Bond Exhchange Agreement - BEA	001124 001125 001126 001127 001128 001129 001131
		2753	Clube de Paris	001312 001313 001314 001315 001316 001317 001318 001319 001320 001321 001322 001323 001324 001325 001326 001327 001328 001329 001330 001331

Inciso XLI das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLI - com relação à dívida pública federal:

d) demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito de Encargos Financeiros da União e do Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI; e

Operação Especial	Descrição da Operação Especial	IDOC	Descrição do IDOC	Nº da Obrigação SIAFI
0419	Dívida Externa da União Decorrente de Empréstimos e Financiamentos (PAFIB e A.BR/FR)			001332
				001334
				001335
		2754	Estados e Municípios DL 6019/43	001418
		0261	USAID 512-L-032	500189
		0262	USAID 512-L-060	500190
		1143	BID150/IC E BID 503/OC	500195
				500213
		1734	BID 061	500207
		1735	BID620-SF/BR	500194
		2092	BIRD3169-BR	500940
		2232	BID 767-OC/BR	501477
		2383	RFFSA	001187
		2385	CAF BR-174	501633
		2392	JBIC-C.MERCOSUL	501645
		2755	Protocolo Francês	001298
		2756	Apoio Financeiro ao Governo Brasileiro-PAFIB	001285
				001286
				001343
				001376
				001377
0425	Dívida Pública Mob. Federal Externa (DPMFE)	2855	CAPTAÇÃO	001429
				001430
				001458
				001459
				001460
				001461
				001462
				001471
				001473
				001475
				001476
				001477
				001491
				001492
				001493
				001494
				001530
				001531
				001209
				001210
				001224
				001225
				001226
				001241
				001245
				001248
				001291
				001302
				001308
				001339
				001340
				001344
				001358
				001364
				001366
				001370
				001380
				001381
				001382
				001391
				001400
				001416
				001417
				001419
				001422
				001428

Inciso XLI das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLI - com relação à dívida pública federal:

d) demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito de Encargos Financeiros da União e do Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI; e

Operação Especial	Descrição da Operação Especial	IDOC	Descrição do IDOC	Nº da Obrigação SIAFI
				001434 001447 001452 001455 001456 001472 001474 001478 001482 001483 001485 001490 001496 001497 001498 001499 001500 001502 001504 01360 01474 01482 01490 01496 01499 01504
0431	Dívida Mobiliária interna da União decorrente de assunção, reconhecimento ou confissão de dívidas de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.	2715	Superintendência Nacional da Marinha Mercante-SUNAMAN (Lei nº 7.131/89)	DP3201178
				DP3201378
		2716	Siderurgia Brasileira S/A- SIDERBRAS (Lei nº 8.029/90)	DP3201067 DP3201076 DP3201158 DP3201159 DP3201160 DP3201163 DP3201182 DP3201222
		2717	Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA (Lei nº 8.029/90)	DP3201153 DP3201249
		2720	Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro - LLOYDBRÁS (Lei nº 8.908/94)	DP3201115 DP3201202 DP3201362
		2722	Dívida Interna da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA (Interna)	DP3201347
		2795	MISA	DP3201227
		2796	Empresa dos Portos do Brasil - PORTOBRÁS	DP3201192
		2806	Contas de Resultado a Compensar - CRC	DP3201114 DP3201151
		2811	EMBRAER	DP3201118
0433	Dívida Mobiliária interna da União decorrente de programas de apoio ao segmento agrícola	2729	Operações de Empréstimo do Gov. Fed. Com opção de venda-EGF/COV	DP3201280 DP3201299
		2730	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária PROAGRO NOVO	DP3200001 DP3201215
		2731	Programa Política de Preço Nacional Equalizado AÇÚCAR E ALCOOL	DP3201165 DP3201235 DP3201296

Inciso XLI das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLI - com relação à dívida pública federal:

d) demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito de Encargos Financeiros da União e do Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI; e

Operação Especial	Descrição da Operação Especial	IDOC	Descrição do IDOC	Nº da Obrigação SIAFI
		2733	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGROVELHO	DP3201181
		2770	Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural (Lei nº 9.138/95)	DP3201233
0451	Dívida Interna Decorrente da Criação de Estados (Rondônia)	2734	RONDONIA	000359 000360 000361 000399 000402
0453	Dívida mobiliária interna da união decorrente de acordo ou decisão judicial(Lei complementar nº 73/93 e lei nº 9.469/97) (TBRASIL e AEROCARLOS)	2738	AEROPORTO ANTONIO CARLOS JOBIM	DP3200002
		2739	TRANSBRASIL	DP3201309 DP3201310 DP3201338
		2808	Consórcio Transcon Amurada	DP3201164
0455	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI)	2726	Estado do Rio Grande do Sul (INTERPOSTOS)	DP3201390
		2740	TDA	DP3100001
		2741	DPMFI-ME	DP1000001 DP1200001 DP1400001 DP1500001 DP1600001 DP1700001 DP1800001 DP1900001 DP2000001 DP2100001 DP2200001 DP2300007 DP2400001 DP2500001 DP2600001 DP2700001 DP2800001 DP3000001 DP3400001 DP4200001 DP4500001 DP5000001 DP5500001 DP5800001 DP6000001 DP6100001 DP6200001 DP6300001 DP6400001 DP6500001 DP6600001 DP6700001 DP6800001 DP6900001 DP7000001 DP7100001 DP7200001 DP8000001 DP9000001
		2807	Base de Alcântara	DP3201065
		2852	DPMFI-BC	
Unidade Orçamentária	75101			
0243	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa (DPMFE)	2855	CAPTAÇÃO	001209 001210 001224 001225 001226

Inciso XLI das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLI - com relação à dívida pública federal:

d) demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito de Encargos Financeiros da União e do Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI; e

Operação Especial	Descrição da Operação Especial	IDOC	Descrição do IDOC	Nº da Obrigação SIAFI
				001241 001245 001248 001291 001302 001308 001339 001340 001344 001358 001364 001366 001370 001380 001381 001382 001391 001400 001416 001417 001419 001422 001428 001434 001447 001452 001455 001456 001472 001474 001478 001482 001483 001485 001490 001496 001497 001498 001499 001500 001502 001504 01360 01474 01482 01490 01496 01499 01504
0365	Refinanciamento Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI)	2740	TDA	DP3100001
		2741	DPMFI-ME	DP1000001 DP1200001 DP1400001 DP1500001 DP1600001 DP1700001 DP1800001 DP1900001 DP2000001 DP2100001 DP2200001 DP2300001 DP2400001 DP2500001 DP2600001 DP2700001 DP2800001 DP3000001 DP3400001 DP4200001 DP4500001 DP5000001

Inciso XLI das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLI - com relação à dívida pública federal:

d) demonstrativo, por Identificador de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito de Encargos Financeiros da União e do Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, em formato compatível com as informações constantes do SIAFI; e

Operação Especial	Descrição da Operação Especial	IDOC	Descrição do IDOC	Nº da Obrigação SIAFI
				DP5500001 DP5800001 DP6000001 DP6100001 DP6200001 DP6300001 DP6400001 DP6500001 DP6600001 DP6700001 DP6800001 DP6900001 DP7000001 DP7100001 DP7200001 DP8000001 DP9000001
		2852	DPMFI-BC	
0367	Refinanciamento da Dívida Pública Externa Decorrente de Acordos de Reestruturação (BIB, BEA, CPARIS, DL6019, ...)	2751	Braslian Investment Bond - BIB	001123
		2752	Bond Exghange Agreement - BEA	001124 001125 001126 001127 001128 001129 001131
		2754	Estados e Municípios DL 6019/43	001418

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL - SOF

Inciso XLI das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLI - com relação à dívida pública federal:

e) estimativa do montante da dívida pública federal objeto de refinanciamento, já incluídas as operações de crédito constantes do projeto de lei orçamentária para esta finalidade, nos termos do disposto no art. 29, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Montante de fonte 143 da Div. Mobiliária para 2005, na UO 75000 (A)	926.954.230.000,00	montante do final do exercício anterior
Emissões Brutas 2005 (B)	659.067.688.616,32	operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito
SOMA (A) + (B)	1.586.021.918.616,32	soma dos dois itens anteriores
IGP-M para 2005	4,23%	
SOMA + IGP-M (C)	1.653.110.645.773,79	acrescido de atualização monetária
Montante de fonte 143 da Div. Mobiliária para 2006, na UO 75000 (D)	785.472.254.969,35	Refinanciamento principal da dívida mobiliária interna
	41.412.238.219,27	Refinanciamento principal da dívida mobiliária externa
	826.884.493.188,62	
SOBRA DO LIMITE (C) - (D)	826.226.152.585,17	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2006

ANEXO III
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2006

XLII - demonstrativo do cumprimento das prioridades e metas definidas no Anexo I desta Lei, com indicação das respectivas ações orçamentárias, e de sua compatibilidade com os objetivos dos programas e dos desafios do Plano Plurianual, incluindo alterações previstas no § 1º do art. 4º desta Lei;

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL – SOF

Inciso XLII, das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLII - demonstrativo do cumprimento das prioridades e metas definidas no Anexo I desta Lei, com indicação das respectivas ações orçamentárias, e de sua compatibilidade com os objetivos dos programas e dos desafios do Plano Plurianual, incluindo alterações previstas no § 1º do art. 4º desta Lei;

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2006

ANEXO III
RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2006

XLIII - pareceres de mérito previstos no parágrafo único do art. 14.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL – SOF

Inciso XLIII, das Informações Complementares relacionadas no Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006

XLIII – pareceres de mérito previstos no parágrafo único do art. 14.

O art. 14, parágrafo único do Autógrafo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, dispõe:

“Art. 14. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União encaminharão ao órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, por meio do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, até 15 de agosto de 2005, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do caput deste artigo, deverão ser acompanhadas de parecer de mérito do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, que constarão das informações complementares previstas no art. 10 desta Lei.”

Especificamente no que se refere ao parágrafo único acima transcrito, o mesmo foi incluído no âmbito do Congresso Nacional.

Sendo assim, e considerando que até a data do encaminhamento das propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público à Secretaria de Orçamento Federal – SOF, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 – PLDO-2006 ainda não havia sido aprovado no âmbito do Congresso Nacional, bem como o ineditismo do dispositivo em relação às Leis de Diretrizes Orçamentárias de exercícios anteriores, tornou-se inviável o cumprimento do dispositivo.

Oportunamente, em havendo manifestação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público sobre as propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, serão encaminhados ao Congresso Nacional os pareceres de mérito, previstos no parágrafo único do art. 14 do Autógrafo do PLDO-2006.